REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE ----------

---------- **ATA NÚMERO VINTE E SEIS**----------

---------- (Mandato 2017-2021) ----------

----- Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte reuniu, em sistema de videoconferência e de acordo com a Lei número 1-A/2020 de dezanove de março de 2020, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. ----------

----- Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Membros: ----------

----- **Do Partido Socialista (PS)**: – Zulmira Guterres dos Santos, Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, Bruno Filipe Barbosa Paulo, Lourenço Paour Miguel Costa e Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira.----------

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)**: – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro. -

----- **Do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV)**: - Hugo Ricardo Ladeira Ferreira Duarte. ----------

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Fábio Filipe Varela Salgado. ----------

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD)**: – Manuel Jorge Mayer de Almeida Ribeiro.

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Jorge Manuel Madrugo Garcia. ----------

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: ----------

----- Maria Cristina de Jesus Correia de Aboim Pais, que justificou a sua ausência e foi substituída por Lourenço Costa. ----------

----- Maria João Areal Rothes Marques Vicente, que justificou a sua ausência e foi substituída por Cláudia Vieira.----------

----- Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. ----------

----- Referiu, na sequência de uma troca de mensagens com a Membro Maria de Lurdes Pinheiro, que não havia nenhum registo por parte dos serviços, fosse por telefonema ou por e-mail.----------

----- Admitia que a próxima reunião já pudesse ocorrer de outra forma e que não houvesse necessidade de fazer por formato digital, desde que se encontrasse um espaço com o distanciamento correto. Algumas Freguesias estavam a fazer dessa forma e pessoalmente sentia necessidade de estar com todos. Era melhor retomar esses momentos.----------

---------- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deram entrada e foram distribuídos os seguintes documentos: um voto de saudação sobre o 5 de Outubro, subscrita pela Membro Maria Filomena Lobo em nome do PS; um voto de pesar que também subscrevia sobre a Fernanda Lapa; uma recomendação subscrita pelos Membros do PS com o título "Melhorar a reciclagem e o ambiente é preparar o futuro pós-pandemia Covid-19"; uma recomendação apresentada pelo PS com o título "A Mobilidade e a Segurança na via pública da nossa freguesia de Santa Maria Maior neste período de regresso à normalidade; uma moção subscrita pelos Membros da CDU, com o tema "Reabertura do Ano Lectivo 2020/2021". ----------

----- Informou ainda que lhe tinham chegado requerimentos subscritos pelos Membros da CDU e que foram aceites. Seriam encaminhados depois de acordo com os termos

legais, com o seu despacho, ao Executivo da Junta de Freguesia para permitir os esclarecimentos necessários. Um requerimentos tinha o título "Glifosato na Freguesia de Santa Maria Maior", outro requerimento era um pedido de esclarecimento sobre a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa de 2020, que tinha um documento em anexo e fazia parta da documentação que seria enviada. Tinha ainda uma documentação dirigida à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e que iria transmitir à Junta de Freguesia para, dentro do tempo determinado pela Lei, garantir a resposta devida e os esclarecimentos solicitados.----------

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que já tinham uma ata para aprovar onde estava escrito que não se ouviu uma coisa que tinha dito. Estavam com um sistema deficiente e já na anterior reunião falaram disso. Foi prometido que a presente reunião já seria feita presencialmente e mais uma vez tinham esse sistema deficiente. --

----- A Assembleia de Freguesia não estava a ser divulgada nos termos do Regimento, porque dizia não haver inscrições. As intervenções do público não careciam de inscrição, careciam sim de participação e na própria reunião as pessoas inscreviam-se. Se não diziam nada às pessoas, as pessoas não sabiam que tinham de se inscrever via internet e isso nunca foi divulgado. ----------

----- Já era a terceira reunião que faziam online e isso tinha que acabar. Havia locais na Freguesia em condições de se fazerem reuniões presencialmente. Inclusivamente podiam fazer como outras Freguesias fizeram, dizer que só podia estar um certo número de pessoas no público e quem quisesse participar mais fazia-o online. ----------

----- Se calhar estavam a fazer uma Assembleia não cumprindo o que era de Lei, porque não foi divulgada corretamente às pessoas. Isso não podia acontecer novamente. --------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que gostava de dar um apontamento que não era exclusivo para a Membro Maria de Lurdes Pinheiro, era para todos. --------

----- Já tinha dito que não gostava desse sistema e deveriam tentar encontrar um espaço, mas no momento em que foi assinada a convocatória não havia ainda garantia absoluta daquilo que iria acontecer no Governo para a etapa seguinte a nível temporal. Havia a determinado momento a identificação da suspensão das reuniões públicas. ----------

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, que para si era o principal barómetro, que tivesse conhecimento apenas iria realizar sessões públicas porque necessitava do voto presencial em urna e não encontrou forma de garantir de maneira completamente transparente que o voto eletivo em urna pudesse acontecer de outra forma. Era a única situação. ----------

----- Tinha também conhecimento que na cidade havia diversas experiências. Havia experiências iguais a Santa Maria Maior, a nível digital, e depois havia experiências mistas e até exclusivamente públicas.----------

----- O que se comprometia era tentar, logo que fosse possível, encontrar nem que fosse um regime misto para haver oportunidade de estar com todos e fazerem a reunião de forma mais cumpridora da Lei e que simultaneamente tivesse a garantia absoluta das condições de higiene e segurança. ----------

----- Em relação à publicidade, também tivera a curiosidade de espreitar para vitrines e via a convocatória afixada nas vitrines. Obviamente que em tempo de pandemia podia haver um local ou outro em que não estivesse, mas esperava garantir que no futuro a divulgação acontecesse de uma forma mais forte, eventualmente com outros métodos, identificando o dia e hora e a capacidade de se poderem inscrever cinco ou dez pessoas, de acordo com aquilo que fosse possível no momento. ----------

----- O apontamento da Membro Maria de Lurdes Pinheiro estava registado e individualmente acompanhava a vontade que manifestou de se poder retomar as reuniões presenciais ou mistas logo que possível.----------

---------- **Voto de Saudação** ----------

"---------- *Viva o 5 de Outubro! Viva a República!* ----------

----- *No próximo dia 5 de Outubro celebraremos os 110 anos do fim da Monarquia e da proclamação de um novo regime. Culminou assim um processo iniciado em finais do Século XIX. O colapso da Monarquia Constitucional, de que a vitória do Partido Republicano, em 1908, nas eleições para o Município de Lisboa e ainda em outros 16, ajudou a consolidar os valores da República e gerou um novo caminho, com novos valores e novos intervenientes.* ----------

----- *Na manhã de 5 de Outubro de 1910, na janela dos Paços do Concelho da nossa cidade de Lisboa, José Relvas e Eusébio Leão são as vozes que proclamam a República — a segunda na Europa — e que anunciam o novo Governo Provisório. Os valores ideológicos que suportam o movimento eram os da Revolução Francesa. Assim se inicia um longo processo de construção de um Portugal de igualdade e de democracia.* ------

----- *Como qualquer processo político, não foi fácil a sua consolidação e, durante estes 110 anos, foram muitos os que dedicaram a sua vida, não apenas à defesa dos seus valores, mas também à sua própria manutenção como regime.* ----------

----- *O Grupo do Partido Socialista propõe à Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 29 de Setembro de 2020, que saúde os revolucionários do 5 de outubro e todos aqueles que se dedicaram à causa do Republicanismo e afirme a importância da celebração da data, permitindo assim a consolidação da República e a afirmação dos seus valores principais: a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade.* ----

----- *Lisboa, 25 de setembro de 2020*----------

----- *Pelo Grupo do Partido Socialista - Filomena Lobo* ----------"

----- **Membro Manuel de Almeida Ribeiro (PSD)** informou que não iria votar esse documento.----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia,** constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação "Viva o 5 de Outubro! Viva a República!"**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-------

----- (Membro Manuel de Almeida Ribeiro não participou na votação) ----------

----- **Membro Manuel de Almeida Ribeiro (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -

----- *"Eu não faço saudações ao 5 de Outubro porque considero que o 5 de Outubro implantou em Portugal um regime de corrupção e de miséria. Portanto, não é uma data que deva ser recordada e muito menos saudada."*----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que respeitava essa opinião mas a divergência iria persegui-los para o resto da vida. ----------

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** apresentou posteriormente a seguinte declaração de voto por escrito:----------

----- *"Tenho uma posição pessoal que não vincula o CDS que represento nesta freguesia. Enquanto republicanamente monárquico, não celebro a data do 5 de Outubro. Subscrevendo na íntegra os valores enunciados, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, não encontro correspondência na forma de regime implementada a 5 de Outubro."* ----------

---------- **Voto de Pesar** ----------

"---------- *Fernanda Lapa* ----------

----- *"o teatro reflecte todas as contradições, avanços e recuos do papel da mulher na sociedade contemporânea." Fernanda Lapa.* ----------

----- *Faleceu no passado dia 6 de Agosto, a actriz e encenadora Fernanda Lapa, nome maior do teatro e da cultura portuguesa.* ----------

----- *Fernanda Lapa, nascida em Lisboa em 1943, teve uma vida inteira dedicada ao teatro, onde se estreou em 1962, no Teatro dos Alunos Universitários de Lisboa. A sua primeira peça como actriz foi na Casa da Comédia, da qual foi fundadora.* ----------
----- *Diplomou-se em encenação em Varsóvia, na Escola Superior de Encenação, em 1979, com uma bolsa da Secretaria de Estado da Cultura.* ----------
----- *Desde então toda a sua riquíssima carreira foi na representação e, sobretudo, na encenação de grandes dramaturgos e na direcção de grandes actores, bem como no ensino e formação de novos homens e mulheres do teatro, seja no plano universitário ou nos palcos.* ----------
----- *A criação da Escola de Mulheres, da qual se assinalaram os 25 anos no passado mês de Março, deu expressão no teatro a uma das batalhas de Fernanda Lapa: a da igualdade entre mulheres e homens, no teatro e na vida. A sua ligação à luta pela igualdade remonta ao período da ditadura fascista, tendo nos anos após a Revolução de Abril a correspondente expressão na luta e na conquista de direitos políticos, sociais, económicos e culturais.* ----------
----- *Fernanda Lapa foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo — STE durante vários mandatos, bem como do Movimento Democrático de Mulheres.* ----
----- *Militante do PCP desde 1978, toda a sua militância, activa, presente e empenhada, de grande dedicação ao Partido, foi feita no Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa. Ainda recentemente, no Comício comemorativo dos 99 anos de vida do PCP, Fernanda Lapa participou, com toda a sua generosidade militante, declamando. A sua ligação à luta dos trabalhadores, à defesa da cultura, à causa da liberdade, da democracia e do socialismo estiveram presentes até ao fim da sua vida*--.
----- *O seu empenho cultural, cívico, mas também militante na luta pelo progresso e pela emancipação do povo português levaram-na a dinamizar as comemorações do Centenário de Bernardo Santareno, durante o ano de 2020, onde se integra a peça "O Punho", a estrear em Novembro, que homenageia a Reforma Agrária, a luta pela sua conquista e os operários agrícolas que a protagonizaram.*----------
----- *Assim, por proposta dos eleitos da CDU, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, delibera:*----------
----- *1. Manifestar o profundo pesar pelo falecimento de Fernanda Lapa, expressando à Família e aos Amigos as mais sentidas condolências.* ----------
----- *2. Dar conhecimento deste Voto à Escola de Mulheres – Oficina de Teatro, a companhia que criou e toda a vida dirigiu, e ao Movimento Democrático de Mulheres, a cujo Conselho Nacional actualmente pertencia.* ----------
----- *Lisboa, 29 de setembro de 2020*----------
----- *Os eleitos da CDU – Maria de Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte*----------"
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se associava ao Voto de Pesar. ---
----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar "Fernanda Lapa"**, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----------
---------- **Recomendação** ----------
"----- *Melhorar a reciclagem e o ambiente é preparar o futuro pós-pandemia, COVID-19* ----------
----- *1. Estamos a viver um momento único nas nossas vidas, que ficará registado na memória da Humanidade, como a maior crise pandémica e de saúde pública global.* --
----- *2. Esta pandemia COVID-19, desencadeou um surto epidémico e de urgência sanitária com consequências sociais e económicas imprevisíveis para a nossa sociedade, desenvolvida, moderna e tecnológica.* ----------

----- *3. Desconhecemos a dimensão temporal deste surto e o futuro é ainda incerto, mas existe uma certeza e um consenso geral que reconhece a necessidade de mudança.* -----
----- *4. Os novos desafios, políticos, sociais e económicos ao desenvolvimento pós-pandemia exigem igualdade e democracia na utilização dos recursos do Planeta.* ------
----- *5. Importa assim, desenvolver e contribuir para uma melhor gestão ambiental e dos recursos naturais da nossa cidade de Lisboa, capital atlântica.* ----------
----- *6. Assume-se assim de especial e redobrada importância a localização da nossa freguesia e a necessidade e obrigação de contribuir activamente para uma nova dinâmica na educação, dinamização, recolha, separação, preparação e tratamento dos resíduos urbanos.* ----------
----- *7. Lisboa Capital Verde Europeia 2020, é hoje uma cidade cosmopolita, exemplo nacional e internacional das melhores práticas ambientais e ecológicas da vivência numa urbe moderna.* ----------
----- *8. A importância do respeito pelo próximo, constituída com base de uma comunidade melhor e mais resiliente, constrói uma sociedade igualitária, democrática e mais rica e inteligente na utilização dos seus recursos.* ----------
----- *9. Nos últimos anos, as políticas públicas para a redução da pegada de carbono da cidade, passaram pelo desenvolvimento e investimento generalizado em novas tecnológicas de reciclagem.* ----------
----- *10. Importa neste novo desafio local, inovar e diversificar a oferta às famílias e comércio local da nossa freguesia de novas, melhores e mais específicas opções para a reciclagem e separação de resíduos urbanos.* ----------
----- *11. Tendo por objetivo, contribuir de forma activa para preparar um futuro pós-pandemia mais sustentável e democrático.* ----------
----- *12. Tendo em conta o papel pró-activo da freguesia de Santa Maria Maior no apoio e cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa, na manutenção e melhoria da higiene urbana e ambiente no território da freguesia;* ----------
----- *O Grupo do Partido Socialista propõe à Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 29 de setembro de 2020, que delibere:* ----------
----- *1. Recomendar à Junta de Freguesia de Santa Maria Maior que os seus serviços desenvolvam um projecto-piloto, inovador, educativo e disruptivo para a reciclagem, no território da nossa freguesia, nomeadamente a reciclagem diferenciada por micro categorias mais específicas na separação de resíduos urbanos, tais como: pilhas, baterias, eletrodomésticos, lâmpadas, óleos e gorduras, têxteis, calçado, roupa, entre outras opções de segmentação de reciclagem.* ----------
----- *2. Recomendar institucionaimente, com caracter colaborativo e de interesse público, que a Câmara Municipal de Lisboa e os serviços camarários de Ambiente efetivem o seu apoio material e financeiro ao desenvolvimento daquele projeto-piloto no território da nossa freguesia.* ----------
----- *Lisboa, 28 de setembro de 2020*----------
----- *Pl'o Grupo do Partido Socialista - Carlos Bode Dias Torres*----------"
----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que se pretendia iniciar um processo. Não estavam num processo de regresso à normalidade mas deviam pensar no pós-pandemia. Era algo que não sabiam quando aconteceria. Estavam a meio, mas sem saber se era na metade maior ou na na metade mais pequena. Um caminho em que muita coisa iria mudar nas vidas de todos. Os tempos eram difíceis, tempos de reorganização e de procura de novas soluções. ----------
----- O desafio da reciclagem era algo que ia ao encontro das preocupações ambientais que o problema da pandemia levantou. Levava a pensar na economia, a pensar os

recursos com mais cuidado, com mais equidade, com uma liberdade que era de todos e onde todos deviam respeitar o espaço ambiental. ----------

----- Tinham os exemplos da higiene urbana no período pré-pandemia. Os exemplos que tiveram com a atividade turística, o esforço económico, financeiro e de recursos humanos que a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e o Estado Português desenvolveram para manter as cidades limpas. Acreditava que no pós-pandemia isso não iria acontecer. ----------

----- No pós-pandemia as preocupações ambientais e com a saúde eram algo que iria crescer e o desafio que se queria apresentar à Junta de Freguesia era para num trabalho conjunto com a Câmara Municipal tentasse melhorar o serviço de recolha de resíduos, o serviço de distribuição, tratamento, a forma como tiravam partido dos próprios resíduos. Esse trabalho devia ser feito com a Câmara mas iniciado na Junta de Freguesia, que tinha uma experiência longa e uma área de serviços cuidada em relação a esses assuntos. ----------

----- Quando separavam os resíduos urbanos, no orgânico e mesmo nas embalagens o lixo não era corretamente separado. A sensibilização que a Junta devia desenvolver junto da população era importante. ----------

----- Se queria abater um eletrodoméstico que já não se adequava, comprava um novo, não tinha como o fazer. Sabia que a Câmara tinha esses serviços e até recolhia os monos, com o apoio da Junta de Freguesia, mas era sempre um processo difícil. Não o ia deixar na via pública a aguardar que chegasse o serviço, tinha que o levar a um centro comercial. A ideia era que a Junta de Freguesia desenvolvesse um projeto para permitir ao cidadão ter outras opções de reciclagem em relação às pilhas, às lâmpadas. ----------

----- Também se falava no calçado, falava-se na roupa e de outros segmentos que os Membros podiam sugerir para enriquecer a recomendação. ----------

----- A ideia era terem que pensar além, terem que inovar. Esse desafio também era da Junta de Freguesia e como Membros da Assembleia de Freguesia deviam fazer um esforço para ajudar a Junta, a Cidade e o País a ultrapassar essa situação de pandemia e a pensar o futuro. ----------

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** referiu que no ponto 12 dizia "tendo em conta o papel pró-activo da freguesia" mas a freguesia não era um órgão, era a Junta de Freguesia. Era bom ter alguma atenção a isso. ----------

----- A Junta fazia as coisas que tinha competência, a Câmara dava competências à Junta nessas coisas. Aliás, nem percebia muito bem esse ponto de "tendo em conta o papel pró-activo da freguesia", mas iria votar a favor. ----------

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** agradeceu a atenção da Membro Maria de Lurdes Pinheiro, era uma boa chamada de atenção. Por acaso esse ponto já tinha sido usado noutra moção. ----------

----- Realmente referiam-se à Junta de Freguesia mas se quisessem interpretar isso como "a Freguesia de todos nós" também seria positivo, porque tinha a ver com esse papel pró-ativo que todos deviam ter. ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o Senhor Presidente da Junta não podia intervir nesse momento sobre a recomendação, mas depois de ser votada queria abordar essa situação e na altura seria dada a palavra. ----------

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação "Melhorar a reciclagem e o ambiente é preparar o futuro pós-pandemia, COVID-19"**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----------

---------- **Recomendação** ----------

"----- A Mobilidade e Segurança na via pública da nossa freguesia de Santa Maria Maior, neste período de regresso à normalidade ----------
----- 1. O direito à mobilidade na freguesia de Santa Maria Maior e no centro histórico da cidade de Lisboa é um bem essencial para a qualidade de vida, saúde e segurança da população residente e de todos aqueles que nos visitam. ----------
----- 2. Estamos a atravessar uma crise pandémica, sanitária, económica e social global, única na nossa existência. ----------
----- 3. Neste período de regresso à normalidade, exige-se o esforço e cuidado de todos, e em especial ao cidadão que vive e reside na cidade, com as características urbanas e modernas da nossa Lisboa. ----------
----- 4. A introdução de novas opções e inovadores modelos de mobilidade na nossa cidade, no período pré-pandemia, constituía um desafio muito positivo da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e restantes agentes para a melhoria da qualidade de vida da população residente. E em particular no centro histórico da cidade de Lisboa, onde as características geomorfológicas são um desafio diário à actividade e vivencia local.
----- 5. Tendo em consideração que neste período de pandemia e de regresso à normalidade os serviços públicos e camarários estão a funcionar com a aplicação de planos de contingência e segurança, com a salvaguarda dos serviços mínimos. ---------
----- 6. Tendo por objectivo alertar a CML, a Polícia Municipal de Lisboa (PM) e os serviços camarários de Mobilidade Urbana e de Segurança, de que a situação de segurança rodoviária relacionada com a utilização de bicicletas e "trotinetes" eléctricas, tem-se vindo a degradar. ----------
----- 7. As preocupações relacionadas com o parqueamento deste tipo de veículos continuam, contudo, a utilização descuidada, desrespeitando todas as regras de trânsito e segurança rodoviária, representam um risco para a vida e segurança dos utilizadores destes meios de mobilidade e da população da nossa freguesia. Refira-se que é muito comum encontrar na Baixa Pombalina, Chiado, Alfama, Mouraria ou Castelo este tipo de veículos a circular em contramão/sentido contrário, nas zonas pedonais ou nos passeios e passadeiras pedestres. ----------
----- 8. Tendo em conta o papel pró-activo da freguesia de Santa Maria Maior no apoio à Câmara Municipal de Lisboa, na manutenção da segurança e na melhoria da mobilidade no território da freguesia; ----------
----- O Grupo do Partido Socialista propõe à Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 29 de setembro de 2020, que delibere: ----------
----- 1. Recomendar institucionalmente e com caracter de urgência, que a Câmara Municipal de Lisboa, efective e reforce as acções de fiscalização e policiamento de proximidade (EMEL e PM) através dos mecanismos próprios existentes; ----------
----- 2. Recomendar a constituição de um grupo de trabalho para a segurança e mobilidade, constituído pela nossa junta de freguesia, restantes juntas de freguesia da zona histórica da cidade de Lisboa, serviços camarários de Mobilidade Urbana e de Segurança, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e outros stakeholders, de forma a melhorar os mecanismos de controlo na utilização, com segurança, dos novos meios de mobilidade em cidade. ----------
----- Lisboa 28 de Setembro de 2020 ----------
----- Pl'0 Grupo do Partido Socialista - Carlos Bode Dias Torres" ----------
----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que a intervenção do Senhor Presidente da Junta era depois das votações para falar das coisas todas, não iria falar a seguir a cada recomendação. Isso não estava no Regimento, as regras eram para todos.

----- Em relação à recomendação, era importante mas faltava ali muita coisa. Só havia uma preocupação com as trotinetes mas se calhar tinha que haver a preocupação com a falta de passadeiras que não estavam pintadas, os buracos.----------
----- O normal nessas coisas era começar por um considerando. ----------
----- No ponto 8 continuava a dizer "o papel pró-activo da freguesia" mas o órgão era a Junta.----------
----- No ponto 1 falava-se em "bem essencial para a qualidade de vida" e gostaria de saber o que era o bem essencial, se era como precisarem de comer arroz ou massa. A qualidade de vida já era um bem essencial. Ficava a pensar se iam comer um iogurte, que era um bem essencial para a vida. ----------
----- Outra coisa era aprentemente desnecessária mas gostaria que lhe explicassem para poder mudar de ideias. No ponto 1 deliberativo dizia "institucionalmente e com caracter de urgência, que a Câmara Municipal de Lisboa...". O que queria dizer isso? Não tinha razão de ser. Se lhe pudessem explicar agradecia. ----------
----- **Membro Manuel de Almeida Ribeiro (PSD)** disse quer tinham sido todos surpreendidos no início do ano, ainda antes da pandemia, com um projeto mirabolante da Câmara para alterar completamente as regras de circulação na Freguesia. ----------
----- Tinha estado em duas reuniões públicas, intervindo, o Presidente da Câmara fez algumas promessas de alteração ao que estava inicialmente previsto, depois disso não havia mais notícias nenhumas e infelizmente as obras não se iniciaram, embora noutras zonas da cidade os projetos tivessem prosseguido, como na Praça de Espanha. ----------
----- A única coisa que fizeram foi criar uma faixa para bicicletas na Avenida Almirante Reis de alto a baixo. Aliás, parecia-lhe uma coisa perigosa porque se houvesse uma ambulância a ter que ultrapassar um carro parado no sentido ascendente e houvesse alguma bicicleta a circular, havia ali um grave risco para os ciclistas que estivessem lá nesse momento.----------
----- Parecia-lhe um pouco prematuro. Sem saberem exatamente o que se pretendia fazer na área da Freguesia era um pouco prematuro votarem uma moção que no fundo não dizia nada de especial.----------
----- Não podia acompanhar essa recomendação porque era completamente desfasada das reais preocupações que tinha e que pensava serem acompanhadas por outros Membros da Assembleia. ----------
----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que quando falavam em mobilidade e em qualidade de vida, para desempenharem as suas atividades e para bem da saúde, convinha terem uma mobilidade saudável, uma mobilidade livre que permitisse desenvolver o dia a dia. Isso era qualidade de vida e presumia que o Membro Manuel de Almeida Ribeiro também desejaria isso para si e para os seus. ----------
----- A recomendação tinha sido feita com caráter de urgência e caso não tivessem estado atentos, caso não acompanhassem o dia a dia da Freguesia, não se apercebiam que existia um problema na Freguesia e que foi muito bem acompanhado pela Junta de Freguesia, com todo o cuidado e atenção pelo Senhor Presidente da Junta e o Executivo. Foram discutidos regulamentos na Assembleia relativamente às questões da mobilidade moderna, do acompanhamento, que era o seu papel e para isso que ali estavam, para acompanhar o que se passava na Junta de Freguesia.----------
----- Era uma recomendação à Câmara Municipal, aos serviços de segurança e mobilidade da CML, ao Senhor Presidente, ao Senhor Vereador, a todos que a Junta de Freguesia assim entendesse fazer. ----------
----- O alerta era feito porque no período pré-pandemia, quando a atividade desse tipo de veículos era grande, tinham na Freguesia as trotinetes e as bicicletas Gira da Câmara

Municipal em contramão, nos passeios e nas passadeiras. Era muito comum encontrar isso na Freguesia. ----------

----- Antes da pandemia as trotinetes estavam estacionadas em cima dos passeios, agora circulavam livremente, muitas vezes sem a polícia. A Polícia Municipal, a PSP, a EMEL, os serviços tinham sido reduzidos por causa das questões da pandemia e as coisas funcionavam um pouco numa base de anarquia, de confusão. ----------

----- Essa discussão surgira numa vigem sua à Alemanha, onde se apercebeu que as trotinetes na Alemanha tinham placa de matrícula. Uma das preocupações era mesmo essa, quando se queria levar a discussão à Câmara com caráter de urgência era porque fazia todo o sentido. ----------

----- Não percebia como as autoridades poderiam identificar uma trotinete que por exemplo descesse a Rua da Madalena em sentido contrário, como já vira várias vezes. Essa era a questão e por isso o caráter de urgência, porque estava em causa a vida e segurança das pessoas num período de pandemia ou de regresso à normalidade, em que as pessoas faziam um esforço para desenvolver a sua atividade e a sua vida com todos os cuidados que sabiam.----------

----- Na Baixa era muito comum, em zonas pedonais, em passadeiras, em passeios, em sentido contrário, os indivíduos podiam estar à vontade. Portanto, era uma chamada de atenção à área da mobilidade e segurança da Câmara e um pedido à Polícia Municipal para desenvolver ações de fiscalização e policiamento.----------

----- O segundo ponto da recomendação estava enquadrado na questão de como fiscalizar esse tipo de veículos, as próprias bicicletas. As bicicletas antigamente tinham matrícula e passaram a não ter, não sabia se nos outros países também não tinham, mas havia técnicos na Câmara especialistas nisso e os próprios agentes que desenvolviam a sua atividade também teriam a sua opinião.----------

----- Tinha uma fotografia que podia partilhar, onde a Lime, uma das maiores operadoras dessa área, utilizava matrícula noutros países. Em Portugal não.----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia,** constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação "A Mobilidade e Segurança na via pública da nossa freguesia de Santa Maria Maior, neste período de regresso à normalidade",** apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria,** com 9 votos a favor (PS e BE) 1 voto contra (PSD) e 3 abstenções (PCP, PEV e CDS-PP). ----------

---------- **Moção** ----------

"----------*Reabertura do Ano Lectivo 2020-2021* ----------

----- *O regresso ao ensino presencial é possível, como decisivo para normalizar o processo ensino/aprendizagem e recuperar os atrasos provocados pelas medidas de excepção, adoptadas em Março, mas exige a adopção de medidas rigorosas que garantam todas as normas de segurança para proteger a saúde dos estudantes, dos professores e de todos os profissionais da educação.* ----------

----- *O regresso ao ensino presencial é a garantia de que nenhum aluno ficará condicionado no acompanhamento da matéria leccionada, ao contrário do que aconteceu com uma percentagem muito significativa no ano lectivo anterior.* ----------

----- *O caminho, no imediato e no futuro, passa pelo inequívoco reforço da Escola Pública, o que implica e obriga a mais investimento, mais trabalhadores, mais meios técnicos e materiais, melhor parque escolar, bem como:* ----------

----- *A redução do número de alunos por turma, há muito necessária, e agora ainda mais evidente;* ----------

----- *Um caminho que contrarie a entrega de soluções a privados e o franquear de portas à sua livre entrada nas escolas;* ----------

----- *O reforço da Acção Social Escolar, com os meios necessários e a iniciativa suficiente para garantir a todos os apoios atempados, que se prevêem acrescidos pelo agravamento da situação económica e social.* ----------

----- *Na reabertura do ano lectivo, são muitas as interrogações face às insuficientes orientações divulgadas pelo Governo e às indefinições que subsistem. Cabe ao Ministério da Educação apresentar soluções e orientações que, de forma clara, eliminem factores de incerteza e simultaneamente tranquilizem as famílias.* ----------

----- *Directores de escolas e agrupamentos, professores e outros profissionais da educação, estudantes e famílias, têm manifestado as suas preocupações com a falta de garantias no plano da saúde e do funcionamento das escolas.* ----------

----- *As carências hoje identificadas nas escolas, para além das que resultam do necessário combate à epidemia com as medidas de adaptação à situação actual, são o resultado de muitos anos de desvalorização da Escola Pública.* ----------

----- *Quando os investigadores apontam como medida prioritária a redução dos contactos entre os alunos, a não utilização dos mesmos espaços, a desinfecção sistemática das salas de aula, o controlo da utilização das máscaras, estão a pensar numa resposta das escolas que devia passar, obrigatoriamente, pelo reforço dos auxiliares de acção educativa, o que não se verifica neste momento.* ----------

-----*Se o número de auxiliares de acção educativa em falta antes da Covid-19 era de cerca de 5000, o Governo não só não renovou o contrato a centenas de trabalhadores, como se compromete a recrutar, até à abertura do ano lectivo, um número inferior aos que saíram, para não referir os milhares em falta há vários anos.* ----------

----- *Também o número de assistentes técnicos, técnicos superiores e outros técnicos especializados fica muito aquém das necessidades das escolas.* ----------

----- *As verbas adiantadas pelo Ministério da Educação para o 1.º período para adquirir não só máscaras mas também luvas, batas, aventais, entre outros equipamentos de protecção individual deixam antever claras dificuldades, face ao número de alunos que agora regressam às aulas e todos os trabalhadores da Escola Pública.* ----------

----- *De acordo com os dados do gabinete do vereador da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Grilo, divulgados na comunicação social em Novembro de 2019 e não desmentidos em momento algum, faltariam precisamente 514 auxiliares nas 137 escolas públicas do concelho, abrangendo todos os anos de escolaridade, do 1.º ao 12º.* ----------

----- *Até à data, a Câmara Municipal de Lisboa não informou se o Ministério da Educação chegou a dotar as escolas de todos os meios humanos necessários.* ----------

----- *É necessário o reforço imediato de todos os auxiliares de acção educativa e assistentes administrativos necessários ao funcionamento da Escola Pública e que este tem de ser o tempo de uma Escola verdadeiramente Pública, Gratuita, Universal, de Qualidade, Democrática, para todos.* ----------

----- *Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, propõem que esta Assembleia delibere:* ----------

----- *1. Exigir do Governo que este tome rapidamente as medidas necessárias para dotar as Escolas de pessoal não docente (assistentes operacionais, psicólogos e outros técnicos especializados) e mais meios técnicos e materiais, para assegurar que são garantidas com eficácia as regras impostas pela Direcção Geral de Saúde;* ----------

----- *2. Que a Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com o Ministério da Educação, envide esforços para assegurar o número suficiente de trabalhadores de modo a garantir o normal funcionamento do ano lectivo 2020/2021, considerando as exigências específicas deste ano, resultantes da pandemia da Covid 19;* ----------

----- *3. Que os vínculos laborais dos trabalhadores não docentes sejam garantidos tal como prevê o estabelecido no ponto 2, do Artigo 42.º, da secção II, do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro.*----------

----- *4. Remeter a presente moção para: Assembleia da República e Grupo Parlamentares , Ministro da Educação e Ciência, Comissão Parlamentar de Educação e Ciência. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Vereador dos Direitos Sociais e Educação, STML — Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, STAL — Sindicato Trabalhadores da Administração Local, CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, UGT - União Geral de Trabalhadores.* ----------

----- *Lisboa, 29 de Setembro de 2020* ----------

----- *Os eleitos da CDU - Maria de Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte.* ----------"

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que queria apenas sublinhar um aspeto que parecia fundamental. Segundo dados fornecidos em novembro de 2019 pelo Vereador da educação da Câmara de Lisboa, faltariam à época 514 auxiliares nas 137 escolas públicas do Concelho de Lisboa, abrangendo todos os anos de escolaridade, do 1º ao 12º. Até à data a Câmara de Lisboa ainda não informou se o Ministério da Educação já chegou a dotar de todos os meios humanos necessários, sendo que essas necessidades eram ainda mais prementes. ----------

----- A moção, fazendo a ligação para Santa Maria Maior, ia também no sentido de indagar um ponto de situação relativamente às escolas da Freguesia, à carência ou não de auxiliares de ação educativa.----------

----- Após a votação da moção gostaria ainda de colocar duas questões que fizeram chegar dois encarregados de educação e relacionadas com a abertura do ano letivo nas escolas de Santa Maria Maior. ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia,** constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção "Reabertura do Ano Lectivo 2020-2021",** apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar por maioria,** com 10 votos contra (PS, PSD e CDS-PP), 2 votos a favor (PCP e PEV) e 1 abstenção (BE).----------

----- **Membro Manuel de Almeida Ribeiro (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -

----- *"Eu voto contra não propriamente por discordar da recomendação, mas entendo e tenho seguido esta prática ao longo da minha participação como Membro desta Assembleia de Freguesia, de não votar questões que não tenham diretamente a ver com o que se passa na Freguesia.* ----------

----- *Acho que não devemos trazer para as discussões da Assembleia de Freguesia questões de política geral, porque senão aqui desvirtuamos completamente o sentido e a função deste órgão."* ----------

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** fez a seguinte declaração de voto:----------

----- *"Em linha do que foi dito pelo meu colega do PSD, concordo que não é este o órgão para apresentar desta forma esta moção.* ----------

----- *Obviamente que a preocupação é de todos. É claro que confunde aqui as funções deste órgão, as funções da Junta de Freguesia e até as da própria Câmara. Tem aqui considerandos relacionados com o Governo e que não faz qualquer sentido serem trazidos para esta Assembleia de Freguesia, para além de que o terceiro ponto identificava "um caminho que contrarie a entrega de soluções a privados e o franquear de portas à sua entrada livre nas escolas". É algo que também já não se adequa aos dias de hoje e é completamente descabido no enquadramento onde nós sabemos que o privado e o público estão de mãos dadas, se complementam e a economia moderna e que procuramos é feita também dessa complementaridade e dessa procura.* ----------

----- *Temos acompanhado todos nós os esforços do Governo, os esforços do Ministério da Educação, os esforços da Câmara Municipal, para dar resposta num período de crise. Esta crise não é só de saúde, não é só de educação, é uma crise financeira e económica.* ----------

----- *Nesta situação de pandemia Portugal tem sido um exemplo, graças ao papel que o Governo tem desempenhado, graças ao papel e à articulação do Governo nas questões da educação.* ----------

----- *Em Portugal até agora, que eu saiba, só há um caso de uma escola onde houve uma crise verdadeiramente relacionada com a pandemia, salvo erro no norte do País, perto do Porto.* ----------

----- *O apoio da Junta de Freguesia, da Câmara e do Ministério da Educação, tem sido o possível num período de crise e de pandemia, de crise económica e financeira. É isto que nós temos que acompanhar e é isto que estamos aqui para trabalhar."* ----------

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que, respeitando as opiniões divergentes, não era apenas uma moção generalista e que nada tinha a ver com a Freguesia, tinha tudo a ver com a Freguesia. As insuficiências de caráter global detetadas e explanadas na moção eram reportadas com muita frequência por parte dos encarregados de educação das crianças que frequentavam as escolas da Freguesia. Era uma ligação que fazia todo o sentido ser estabelecida. ----------

----- Havia questões que gostaria de ver clarificadas e que eram preocupações de alguns encarregados de educação. Uma mãe colocava uma questão relacionada com o kit escola, um pacote de utensílios que era disponibilizado aos alunos dos diversos ciclos por parte de algumas Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa. ----------

----- A questão que gostaria de colocar era se a atribuição do kit escola estava pensada por parte da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, se essa preocupação já teria sido transmitida ao Executivo por parte dos encarregados de educação. ----------

----- A grande questão que se colocava era porque a maior parte dos utensílios utilizados pelas crianças, colas, canetas, lápis de côr, poderiam ser de uso partilhado. Segundo as diretivas existentes, todos esses instrumentos passavam a ser obrigatoriamente de uso individual e aí colocava-se a questão de alguns pais terem dificuldades na aquisição desse material. ----------

----- Essa era uma questão que queria endereçar à Junta, se a solução já implementada em algumas Juntas de Freguesia estava a ser, se iria ser ou já estaria a ser implementada em Santa Maria Maior. ----------

----- Outra questão prendia-se com uma situação muito concreta na escola básica Maria Barroso e que tinha a ver com a aglomeração de pais aquando da entrada na escola. Do 1º ao 4º ano tinham entrada em simultâneo às 9h15m e a preocupação que uma mãe fez chegar era de se fazer uma enorme aglomeração de pais, ainda por cima numa zona de bastante difícil acesso. Portanto, gostaria de saber se a Junta estava a par da situação e a acompanhar esse problema. ----------

----- Uma outra situação era relacionada já não com o horário de entrada, mas com o horário de saída. Relativamente à escola Maria Barroso havia uma mãe a manifestar a sua preocupação porque a partir de determinada hora, se chegasse depois das 18 horas, não conseguia levar a sua criança para casa no imediato porque tinha de aguardar até às 19 horas e que terminassem as atividades do CAF, sendo que até essa hora ninguém atendia os telefones do CAF e tinham que aguardar até terminarem as atividades para recolher as crianças. ----------

----- Eram esses três esclarecimentos que gostaria de obter por parte da Junta e no fundo um ponto de situação geral sobre o funcionamento das escolas da Freguesia nesse arranque de ano letivo. ----------

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** disse que num dia em que iriam aprovar o apoio aos comerciantes queria deixar a nota de uma situação na Freguesia, o restaurante "Tu e Eu" nas Escadinhas das Portas do Mar número 4 e as obras no elevador da Sé, cujo dono da obra era a EMEL. ----------

----- Essa obra iniciou-se em janeiro e não tinha fim à vista, apesar de se dizer que iria terminar rapidamente. O que se via era um buraco e não se sabia onde iria terminar, talvez fosse de fazer ali uma piscina, uma vez que a Câmara Municipal estava tão interessada em fazer piscinas na via pública. ----------

----- A sua intervenção era no sentido de mais uma vez denunciar uma situação em que a EMEL se revelava autista. A EMEL continuava a ser omnipresente nessas coisas. Tinha estado a ver uma reportagem num canal de televisão com a Senhora Maria do Carmo Vieira e onde se dizia que perdeu o amor da sua vida, porque perdeu o marido, e decidiu mudar de vida aos 65 anos. ----------

----- Apetecia acrescentar que a EMEL lhe retirou toda a esperança de vida enquanto mulher e empresária. A Emel continuava a não ouvir esse senhora, "chutava" para o Senhor Vereador Miguel Gaspar e dizia não ter nada a ver com isso, que a obra tinha que ser feita e acreditava que sim, não era isso que estava em causa. O que estava em causa era a EMEL recusar-se a qualquer abertura para contrapartidas em relação a um restaurante que estava fechado e que segundo as previsões estaria fechado mais de um ano. ----------

----- A EMEL continuava a atirar a responsabilidade para o Senhor Vereador Miguel Gaspar e o Senhor Vereador a "chutar" para a EMEL. Na verdade era a EMEL a responsável por essa situação, como dona da obra. ----------

----- A Polícia Municipal esteve na zona e disse que o estabelecimento não podia funcionar mas que a senhora empresária apresentasse uma queixa cível contra a EMEL, aconselhou a proprierária do restaurante a fazer isso. ----------

----- A sua intervenção era apenas no sentido de alertar para uma situação que se calhar era do conhecimento do Senhor Presidente da Junta, mas esse tipo de atuação da EMEL era inadmissível e fazia parte do tipo de comportamento dessa empresa, que deviam denunciar. ----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era muito oportuna a intervenção do Membro Hugo Duarte. Se tivessem feito a Assembleia de Freguesia no dia anterior, podia dizer que já era uma consequência da sua intervenção. Tinham começado nesse próprio dia a dar os kits escolares. Já estavam todos distribuídos na escola Maria Barroso e no dia seguinte iriam concluir no Castelo. Só havia duas escolas. ----------

----- Para além das coisas que os kits escolares deviam ter, reforçaram com uma garrafa de água e iriam fazer algo que considerava absolutamente essencial e que os senhores diretores das escolas aplaudiram. Como não havia possibilidade física de ter os alunos afastados entre si na distância recomendada, iriam colocar um separador acrílico, transparente, nas carteiras dos meninos para que se pudesse diminuir o risco das infeções. ----------

----- Apesar de tudo estavam sujeitos a algumas regras de contratação e de consulta, esse processo nunca era tão célere como se desejaria que tivesse sido. ----------

----- Tivera oportunidade de visitar as escolas antes delas abrirem, estivera com os diretores das escolas a aferir aquilo que a Junta poderia fazer e para além dos kits, que eram uma deliberação do Executivo, estavam a fazer tudo o que podiam na linha da grande tradição que a Junta de Freguesia tinha de oferecer os livros escolares às crianças todas até ao 12º ano desde 2013, de dar prémios de mérito às crianças que passavam de ano. ----------

----- Havia um forte investimento na área da educação e não era agora que iriam diminuir esse investimento e não atender às necessidades especiais que se criavam no âmbito da pandemia.----------

----- Tinha-se colocado outro nível de questões para as quais não tinham competência de intervenção direta. Não definiam horários escolares, não organizavam a chegada dos pais à escola e à saída. Sabia que as dificuldades não eram só nas escolas, também noutras instituições que operavam na Freguesia. Estavam a ver se teriam capacidade para resolver mas não podia garantir. ----------

----- O diretor da escola definia o horário escolar, os miúdos chegavam ao mesmo tempo e havia sempre ali concentração de pais. Sensibilizava, quando chegasse o tempo chuvoso, se haveria ou não resposta para isso, mas não se imputasse à Junta de Freguesia a responsabilidade de resolver esse problema em primeiro lugar. Seria não só à DREL mas até ao Ministério da Educação, se fosse caso disso. ----------

----- As escolas na Freguesia abriram sem incidentes, a funcionar dentro das limitações que a pandemia impunha mas a funcionar em pleno. Os miúdos estavam muito satisfeitos, os CAFs estavam a funcionar, as AECs estavam a funcionar, não estavam em falta com os auxiliares de educação que Junta tinha colocado, não estavam em falta com os monitores dos CAFs e das AECs, estava tudo a funcionar. ----------

----- Era evidente que num quadro de pandemia havia um fator de imprevisibilidade e ninguém podia adivinhar o que iria ser o dia seguinte.----------

----- Quanto à intervenção do Membro Jorge Garcia, tinha dito tudo. Não era uma obra da Junta de Freguesia, aliás a Junta de Freguesia não tinha competências nessa matéria. Incomodavam muito as obras que resvalavam e que prejudicavam seriamente a qualidade de vida, também como nesse caso a viabilidade económica dos estabelecimentos.----------

----- O que podia dizer ao CDS-PP, e assim também o faria, era que ao nível da CML na reunião do Executivo ou ao nível da Assembleia Municipal, podia e devia colocar essa questão. Também procuraria colocar essa questão enquanto Presidente da Junta de Freguesia, embora tivesse interpretado a questão não como uma interpelação à Junta mas como o levantar de um problema que existia no território, que agradecia. ----------

----- Tinha já um conhecimento dessa situação e havia dois motivos. Não estava a defender a Câmara mas apenas a constatar, havia dois motivos que em regra justificavam os atrasos das obras. Um era a arqueologia, um motivo sério e inultrapassável do ponto de vista do quadro legal. Estavam num território muito propenso a esses incidentes, até para substituir um cano de água por vezes apareciam problemas de arqueologia. ----------

----- Outro problema, e não podia ser de outra maneira, era resultado das regras de contratação pública que obrigavam a consultas, a concursos nalgumas circunstâncias. O próprio enquadramento legal de atribuição de obras muitas vezes não colocava outra alternativa senão entregar obras a empreiteiros que porventura não tinham a capacidade para executar essas mesmas obras. Não era uma questão para discutir ali, era um problema de Assembleia da República. ----------

----- Nas obras da responsabilidade da Junta de Freguesia tinham a sorte de não ter saído até ao momento nenhuma "fava" nesse aspeto.----------

---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

----- **Ponto 2 – Aprovar as Atas nº 23, 24 e 25;** ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 23**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.----------

----- Submeteu à votação a **Ata nº 24**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. ----------

----- Submeteu à votação a **Ata nº 25**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. ----------

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa às deliberações acabadas de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----------

----- **Ponto 3 – Autorizar a celebração de protocolo com a Associação Música Educação e Cultura – Os Sentidos do Som (Proposta nº 305/17-21);** ----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que era a continuidade do projeto iniciado da Orquestra Juvenil de Santa Maria Maior, uma adaptação do modelo das orquestras "Gerações". Funcionou no primeiro ano e era preciso garantir a sua continuidade. ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação "**Autorizar a celebração de protocolo com a Associação Música Educação e Cultura – Os Sentidos do Som (Proposta nº 305/17-21)**", tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----------

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----------

----- **Ponto 4 – Autorizar a isenção de pagamento das taxas devidas pelo licenciamento da ocupação do espaço público pelas atividades económicas não sedentárias (Venda ambulante) até 31/12/2020 (Proposta nº 306/17-21);** ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação "**Autorizar a isenção de pagamento das taxas devidas pelo licenciamento da ocupação do espaço público pelas atividades económicas não sedentárias (Venda ambulante) até 31/12/2020 (Proposta nº 306/17-21)**", tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----------

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** ----------

----- **Ponto 5 – Apreciar a Informação Escrita do Presidente, nos termos da alínea e) do nº2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;** ----------

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** disse que, segundo recordava, havia referência a uma visita. Não tivera o privilégio de cumprimentar o Senhor Presidente da Junta nesse dia mas vira que ele andava por ali perto da sua casa. Perguntou qual era o feed-back que tinha dessa visita em relação ao fecho da Rua Nova da Trindade para colocar esplanadas. ----------

----- Ali à volta perderam-se trinta lugares de estacionamento, entre esplanadas, mais um conjunto de intervenções, mudanças de trânsito. Se já era caótico o estacionamento, tornava-o ainda mais. Todas as pessoas que viviam nessa zona da Freguesia estavam a sentir isso e de que maneira. ----------

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a questão era pertinente e teria que se alongar um pouco, porque havia um enquadramento que podia partilhar e qual o seu ponto de vista enquanto Presidente de Junta. ----------

----- Em primeiro lugar, a Câmara Municipal tinha decidido aprovar uma isenção de taxas quando, em seu entender, extrapolou as suas competências porque era a Junta quem passava as licenças e só a Junta podia isentar ou não as taxas. Contudo, tinha pedido dois ou três pareceres jurídicos e foi derrotado pelos mesmo mas não ficando convencido, de que sendo uma taxa municipal só a Câmara poderia isentar. Corria um grande risco, até de responsabilidade pessoal, se decidisse não isentar ou ignorasse essa decisão da Câmara. ----------

----- Não era jurista, tinha uma sensibilidade que isso podia dar para muita discussão, mas a verdade era que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal e foi à Assembleia de Freguesia com a mesma proposta. Ao fim e ao cabo foi jogar nos dois lados da moeda, para também estarem cobertos com uma deliberação da Assembleia de Freguesia no sentido da isenção. A intenção era isentar, dado o quadro que se estava a viver de desemprego massivo. ----------

----- Sobretudo nessa área de atividade tinha sido visível de um dia para o outro e ao contrário do que porventura alguns podiam pensar, atingia muita gente na Freguesia. --

----- Para além do quiprocuó de quem tinha competência para isentar ou não, essa legislação aprovou algo que não devia ter aprovado, dizendo que as esplanadas podiam ampliar a sua área de ocupação mesmo em locais de estacionamento, embora depois tivesse que ser a Junta de Freguesia a licenciar, se fosse nas situações pedonais.---------

----- Tinha tentado evitar que essa deliberação seguisse em frente, com vários argumentos até de bom senso. A Junta de Freguesia era a primeira interessada em manter a empregabilidade das situações, mas não podiam prometer uma deliberação dessas porque isso faria crescer sobre a Junta uma pressão enorme de todos os empresários no sentido de retirar estacionamento ou alargar esplanadas em sítios altamente inconvenientes.----------

----- Houve muita discussão, a deliberação foi aprovada, mais nenhuma Freguesia se opôs a essa questão e continuava-se a gerir porque, segundo os critérios legais, tinham que licenciar os pedidos de ampliação de esplanadas.----------

----- A pressão dessa massa de empresários sobre a Junta, sobre si até e sobre a equipa de funcionários, alguma até uma pressão muito desagradável do ponto de vista da potencial ameaça que que podia significar. ----------

----- A Junta, contudo, disse que havia uma situação em que estava disponível a considerar, o alargamento de esplanadas só caso a caso. Era isso que estava a acontecer, apenas se viabilizara um alargamento de esplanadas em Alfama numas situações muito excecionais, mas com troca por troca de lugar.----------

----- A Junta disse à Câmara que estava disponível para aceitar a pedonalização provisória de algumas ruas, como forma de evitar também uma catástrofe ao nível do desemprego. Propôs duas ruas, a Rua dos Bacalhoeiros que já era inútil do ponto de vista do trânsito automóvel, uma vez que não tinha saída, afunilava e já antes da pandemia era um autêntico parque selvático. Também a rua que tinha as traseiras do Hotel Mundial se propôs que pudesse ser pedonalizada até ao dia 31 de dezembro.-----

----- A Câmara propôs a pedonalização da Rua Nova da Trindade e foi de uma forma quase definitiva. Respondera que muito bem, dentro do quadro provisório até ao dia 31 de dezembro, quando acabavam as licenças e que seriam depois analisadas caso a caso. A Junta não tinha competências para pedonalizar, isso era autorização da Câmara, mas não se opusera com o princípio de ser até ao dia 31 de dezembro, reconhecendo que era importante salvaguardar postos de trabalho e também com o princípio de que os lugares retirados teriam que ser compensados.----------

----- A Câmara tornou exclusivo para residentes alguns lugares na Rua da Misericódia, que ia até ao Largo de Camões. Eram lugares de parquímetro e tornou-os exclusivos para residentes. Era insuficiente e a pedonalização da Rua Nova da Trindade não era uma situação que encarasse com grande agrado para continuar. ----------

----- A Rua dos Bacalhoeiros considerava consolidada, a seguir teria que ser calcetada. A Rua João das Regras estava a funcionar bem e não tinha nenhum tipo de questões colocadas. Na Rua da Trindade, não obstante a qualidade de alguns estabelecimentos, parecia mais difícil aceitar que pudesse continuar. Contudo, sabia que a Câmara estava

muito empenhada em relação à manutenção da Rua Nova da Trindade como pedonal e não sabia qual seria o resultado final. ----------

----- Apesar de tudo, tentara ligar essa situação à possível implementação de pedacinhos do projeto ZER que a Câmara anunciou antes da pandemia e que a Junta apoiou, naturalmente que com muita discussão, muitas propostas alternativas, circulação interna entre toda a Freguesia e sem zonas estanques. Tudo isso foi obtido no debate com o Senhor Presidente da Câmara.----------

----- Havia uma coisa que o incomodara muito e que jamais teria o apoio da Junta, era a Câmara tornar em exclusivo só para transportes públicos o acesso ao Largo da Misericórdia, obrigando por exemplo os residentes do Chiado a descerem pela Rua das Pretas e depois subirem até lá acima. Tinha dito que isso era inaceitável. Quem morava no Chiado tinha que entrar por ali. Essa era a primeira condição para a Junta poder discutir a pedonalização ou não da Rua Nova da Trindade. ----------

----- Sobre isso não tinha mais informações. Havia que perceber o estarem numa situação de emergência, muita gente tinha perdido o emprego, havia situações dramáticas ao nível da restauração, sobretudo dos empregados. Se passassem pela Rua dos Bacalhoeiros estava toda a gente satisfeita com a decisão da Junta, os trabalhadores em primeiro lugar, alguns eram pequenos empresários. Na João das Regras também. Era uma decisão absolutamente necessária para salvaguardar de imediato postos de trabalho.

----- Veriam como se iria aguentar a situação no período em que as esplanadas perdiam utilidade por causa do tempo. A postura que tinha era de assumir o princípio que até ao dia 31 de dezembro essas coisas tinham que ser excecionais e depois veriam.----------

----- Por exemplo a Rua do Duque também queria ser pedonalizada e a Junta de Freguesia disse que em princípio nada contra se os residentes concordassem. Havia lá garagens de residentes, não era de comerciantes. Até se disponibilizara para ver com os residentes um horário de saída e de entrada para as garagens. Eles foram irredutíveis no sentido de não aceitarem essa solução e a Junta acompanhou os residentes.----------

----- Era uma situação que estava excecional e outra condição colocada pela Junta foi que tudo isso tinha que encerrar às vinte e três horas, mas nalguns casos não encerravam. Só na Rua dos Bacalhoeiros tinha a informação de cumprirem os horários. Isso era uma situação que preocupava e já tinha pedido a atenção da Polícia Municipal. No entanto, tinham que perceber o facto de estarem num quadro de dificuldade geral e num quadro em que também tinham que demonstrar com bom senso alguma abertura a quem praticava esse tipo de atividade e que garantia algum emprego. ----------

----- Não era um emprego de qualidade, era um emprego precário e mal pago, mas que era o sustento do dia a dia de muitas famílias também de Santa Maria Maior. Tinham responsabilidade e foi por isso que tomaram essa decisão. ----------

----- Estavam a viver de facto um tempo excecional e tinham também que retirar lições de tudo o que estava a acontecer. Uma primeira e que era óbvia foi constatarem que a economia de uma cidade não podia depender só de um setor de atividade. Nunca tinha feito um discurso contra o turismo, nem o faria porque precisavam do turismo, mas Lisboa e em particular o centro histórico não podiam depender só do turismo. ----------

----- Perdeu-se muita habitação e muitos residentes pela fúria que houve em relação ao investimento no turismo, particularmente num modelo de negócio que foi muito nefasto para a Freguesia, o alojamento local. Havia outros inconvenientes noutros setores e achava que era uma boa oportunidade pra analisar também as questões que tinham a ver com a mobilidade, com a qualidade de vida, com a qualidade ambiental.----------

----- Não era na Freguesia mas estava instalada uma grande polémica em relação às vias alternativas de mobilidade, designadamente a proliferação de ciclovias. Não estava a

criticar nem a deixar de criticar, mas havia um conjunto de mudanças e de reflexões que era absolutamente necessário fazerem para tornar sustentável o território. ----------

----- A Junta de Freguesia iria lançar já em outubro o grande processo de debate sobre essas questões, a que chamaria o Fórum Santa Maria Maior. Seriam convidados especialistas, pessoas de vários quadrantes para irem refletir sem compromisso, para irem refletir e ajudar todos a construir propostas, dizer aquilo que pensavam sobre a mobilidade, a habitação, o urbanismo, a utilização do espaço público. Esse grande debate seria iniciado já em outubro. ----------

----- Tinha convidado uma personalidade de indiscutível mérito público para ajudar na organização e condução do debate em termos genéricos, o Professor João Seixas, uma das pessoas que mais colaborou na reforma administrativa da Cidade de Lisboa, um homem das universidades. ----------

----- Seria algo com grande seriedade e gnade abertura, dando voz ao contraditório, dando voz aos vários interesses ali instalados e certamente legítimos do ponto de vista das suas atividades. Procurando com isso ter a oportunidade de refletir de uma forma correta o modelo que queriam para o centro histórico e em concreto para a Freguesia de Santa Maria Maior, que modelo de desenvolvimento queriam ali implementar. ----------

----- Queria dar essa informação em primeira mão à Assembleia de Freguesia também para ficarem cientes de que a Junta sabia os desafios que tinha pela frente e consciente de que a pandemia ainda não tinha terminado, que certamente ainda muitos problemas levaria à população, mas que também podia ser uma oportunidade para adotar um conjunto de políticas diferentes das que aconteceram até aí, aproveitando o bom que ia de trás mas também tendo a ousadia de defender aquilo que achavam dever ser as mudanças no desenvolvimento. ----------

----- Certamente que na próxima semana já haveria informações mais detalhadas, para que também a Assembleia estivesse em condições de ajudar nesse processo. ----------

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** recordou que nesse dia faziam-se sete anos que a reforma administrativa da cidade começara a ser concretizada. Independentemente de terem apreciado e defendido a reforma, a certeza absoluta de ter sido um caminho que a cidade percorreu e muito beneficiou agora nesse processo, associado também às novas respostas e responsabilidades que assumiram. ----------

----- Seguidamente, concluída que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram dezanove horas e quarenta minutos. ----------

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. ----------

1º.SECRETÁRIO_____ 2º.SECRETÁRIO_____-

----------O PRESIDENTE----------

Carlos Oliveira

Mafoso